

INTENCIONALIDADE E PRÁTICA DE AUTOGESTÃO COOPERATIVISTA - UM ENSAIO SOBRE PESQUISA FENOMENOLÓGICA: O CASO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Carlos Jaelso Albanese Chaves (UP) - jaelso.chaves@hotmail.com

Eros Nogueira (Univ. Positivo) - eros_nogueira@yahoo.com.br

Patrícia Guerez (UP) - guerezp@gmail.com

Resumo:

Os catadores de materiais recicláveis são conduzidos por prefeituras a deixarem o seu modelo de atuação individual para migrarem para um modelo desconhecido para eles: de atuação em grupo, na forma de uma organização cooperativa. Considerando que as práticas gestionárias em cooperativas de catadores de materiais recicláveis, possui especificidades peculiares que necessitam ser desveladas, desenvolveu-se o presente estudo na tentativa de obter respostas a seguinte pergunta: como as práticas desenvolvidas pelo poder público e as práticas dos cooperados possibilitam a autogestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Propõe-se que a fenomenologia pode colaborar de modo proeminente ao estudo dos fenômenos organizacionais de cooperativas solidárias, no sentido de desvelar os elementos processuais e intersubjetivos contidos nas práticas de gestão, e como os associados da cooperativa desenvolvem competências compartilhadas para a condução de um projeto organizacional comum. Analisando, teoricamente, o modelo de cooperativa criado pela prefeitura, onde os catadores são organizados e transformados em cooperados para atuarem em um mesmo ambiente de trabalho e com um propósito comum, o estudo resultou em cinco proposições que oferecem respostas ao problema levantado.

Palavras-chave: *Cooperativismo; Autogestão; Fenomenologia; Estoque de conhecimento*

Área temática: *GT-18 Trabalho Autogestionário, Economia Popular Solidária e Educação: Processos Organizacionais e Protagonismos, em busca de Cidadania e Reconhecimento*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela investigação filosófica, resultado da rejeição das ideias até então vigentes, que eram aceitas pelo homem como verdades absolutas e que após profundas transformações, no final do século XVI, o homem ocidental passa a desacreditar no caminho até então considerado como única verdade. Assim, surgem duas orientações metodológicas para o pensamento moderno, de um lado a perspectiva empirista de Francis Bacon preconizando a observação e a experimentação e, por outro, a perspectiva moderna racionalista de René Descartes que procurou buscar na razão a certeza científica (PORTUGAL, 2002). Nota-se que, de um lado a experiência e de outro a razão.

Machado, Matos e Pinheiro (2013, p. 40) lembram que “Francis Bacon é considerado um dos primeiros filósofos modernos a apresentar importantes contribuições para o desenvolvimento da ciência”. Para estes pesquisadores, Bacon reconhecia na técnica uma relação mediadora entre o homem e a natureza. Tal pensamento propõe uma “abordagem sistêmica guiada pela indução em uma natureza mensurável e manipulável” (p. 40). Analisando a orientação metodológica de Descartes, destaca-se que para conhecer a verdade é preciso, de início, colocar todos os nossos conhecimentos em dúvida, de forma jamais se aceite algo como verdadeiro. Assim, coloca-se em dúvida a existência de tudo para que nos abstenhamos de aceitar alguma como verdadeira que não o seja (DESCARTES, 2010).

Vale destacar que o conhecimento é uma determinação do sujeito pelo objeto, e ele se dá com a relação do sujeito com o objeto. A essência do conhecimento está estreitamente ligada ao conceito de verdade, sendo que o conhecimento verdadeiro é conhecimento efetivo. O conhecimento é algo totalmente peculiar e independente (HESSEN, 2000). Para este autor, a teoria do conhecimento diz respeito a uma “teoria” e, portanto, é necessário cautela ao investigá-la, pois ela (teoria) busca apreender a essência geral no fenômeno concreto, busca o que é essência.

Assim, considerando tais asseverações busca-se nesse estudo, por meio de um ensaio teórico, compreender a autogestão de um modelo emergente de cooperativismo de trabalho.

2. O CONTEXTO DO OBJETO DE ESTUDO

É evidente que existe uma preocupação dentro e fora das universidades para se compreender as diversas formas de gestão, de desenvolvimento local, de novos desafios da gestão social e da organização econômica diante da lógica neoliberal vigente no momento (FLACH, 2011). No entanto, existem alguns modelos de gestão que não são novos e que, ainda, estimulam estudantes e pesquisadores a buscar uma melhor compreensão de suas práticas gestionárias. Como exemplo, destaca-se a autogestão que necessita de estudos que possibilitem compreender a evolução das organizações cooperativas e de sua gestão.

Refletindo sobre a evolução do cooperativismo, este ensaio teórico faz menção a uma forma de gestão que surge a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010), inserida no cooperativismo de trabalho e na economia solidária e, ainda, carece de estudos que possibilitem a compreensão de novas práticas de gestão de cooperativas.

Ao mencionara PNRS, é importante destacar que a lei surgiu para regulamentar a gestão de resíduos sólidos; proporcionando diretrizes, princípios e instrumentos para uma gestão eficiente e sustentável deles (resíduos sólidos) em âmbito nacional. Para seu desígnio, a

PNRS prioriza o trabalho das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, oferecendo prioridade, no acesso a recursos da União, aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas e associações de pessoas de baixa renda (BRASIL, 2010). De tal modo que, buscando as benesses da lei por meio do poder público, as prefeituras procuram induzir os catadores a instituir cooperativas para que o órgão público possa implantar a coleta seletiva em seus municípios e enviar seus planos de gestão de resíduos aos governos estadual e federal.

Desde então, as prefeituras e seus agentes volveram seus olhares para as organizações cooperativas de trabalho, que se configuram em empreendimentos da economia solidária. A respeito desse modelo organizacional, salienta-se que a cooperativa é uma organização que parte da união voluntária de pessoas, cujas necessidades são comuns e buscam por meio dessa organização atender seus interesses econômicos e sociais (IRION, 1997; CRÚZIO, 2000; VEIGA; FONSECA, 2001). Entretanto, desconsiderando, a princípio, a ação voluntária das pessoas, os agentes públicos buscam atender aos preceitos da lei, no que se refere à coleta seletiva e a inclusão social, criando cooperativas e organizando o trabalho coletivo dos catadores de resíduos sólidos.

Apreciando o fato de que a indução pelo poder público possibilita a criação de uma cooperativa, percebe-se que surge um novo fenômeno, possuindo características próprias que ainda não foram desveladas e que motiva o pesquisador a conhecê-las. Assim sendo, algumas incógnitas surgem ao tentar compreendê-lo, como: tais práticas incentivam a autogestão? Ou estão na contramão da economia solidária? Diante de tais incógnitas, a questão que norteia o estudo é compreendida por: **Como as práticas desenvolvidas pelo poder público e as práticas dos cooperados possibilitam a autogestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis?**

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A FENOMENOLOGIA COMO PERSPECTIVA PARA A PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Embora qualquer tentativa de resumo comprometa a profundidade e riqueza da fenomenologia de Husserl (2008), geralmente denominada de fenomenologia transcendental, em nosso ponto de vista, ela corresponde à sua investigação sistemática para analisar e compreender como é possível o conhecimento e qual a possibilidade do sujeito conhecer o que lhe é transcendente. Precisamos sublinhar que a fenomenologia não pretende estudar a realidade das coisas, nem a existência do ser. Além disso, ela não exclusivamente é uma crítica a tais conhecimentos, como desenvolvidos pela ciência.

Nessa Fenomenologia não se busca uma substância ou essência subjetiva, anímica ou psíquica, ou de discutir a existência em si dos objetos externos. A busca está nos domínios da consciência, e a consciência é consciência de algo. O acesso a esse domínio se faz pelos atos vividos nas evidências do fenômeno. O sujeito capta a essência das coisas ao alcançar o seu sentido, tal como as coisas se apresentam em sua consciência. Mas como isso ocorre?

Nessa orientação, ela não se dirige nem às coisas, nem ao ser ou ao Eu. Como explicado por Husserl e seus seguidores, ela se dirige apenas aos *modos de doação* que permite ocorrer a consciência do ser e das coisas. Portanto, a consciência não se move para e pelo objeto em si (o objeto que existiria independentemente da consciência do sujeito observador), mas ao

“objeto intencional”, tal como ele se exhibe subjetivamente consoante os modos de doação (ou fenômenos).

Para essa abordagem, o conhecimento das coisas ocorre por causa dos “atos de consciência”, e ela não depende da realidade para existir, mas a realidade depende desses atos de consciência para serem conhecidos e se tornarem 'reais' para o sujeito. O conhecimento de algo externo não depende disso, mas é função das potencialidades do ser humano.

Todos os atos de consciência poderiam ser classificados como pertencendo a uma das três categorias que descrevem a estrutura da consciência humana:

Atos corpóreos

- Sensações
- Instintos
- Movimentos

Atos psíquicos

- Percepções
- Reações e impulsos
- Emoções
- Atenção involuntária

Atos espirituais

- Reflexões
- Juízos
- Deliberações
- Interesses – motivações
- Controle
- Atenção voluntária

Mas como compreender, nessa perspectiva, o fenômeno das relações entre um e outro sujeito? E os fenômenos das relações entre um e vários sujeitos? Quando o objeto da consciência é outra pessoa, há uma empatia – ou entropatia – por que há uma consciência do outro que lhe é semelhante em natureza e constituição. Essa é uma apreensão imediata de qualidades distintas da apreensão das coisas em geral. Esse ato de consciência é específico e distinto das sensações e percepções das coisas, pois reconhece e sente a existência do outro ser humano.

Essa consciência possibilita a vivência do “nós” e a vivência dos “outros” (como conjuntos de seres humanos de mesma natureza). A entropatia seria a base da intersubjetividade e condição para a contribuição recíproca entre o mundo social e a organização e, conteúdo da consciência individual.

A fenomenologia transcendental não é somente uma discussão filosófica, principalmente sobre a possibilidade do conhecimento, mas, também, uma discussão metodológica (HUSSERL, 2008; BELLO, 2004, 2006; CAPALBO, 2008; SOKOLOWSKI, 2004; STEIN, 2004). O método, em termos gerais, é composto de duas partes: de um lado se busca compreender os fenômenos e de outro se busca compreender o que tem consciência do fenômeno.

A primeira etapa tem como foco alcançar o sentido dos fenômenos, para isso aplica-se a redução eidética. Procura obter a descrição das vivências até que consiga identificar os sentidos, ‘excluindo’ na interpretação da descrição aquilo que não se dirige a revelar o sentido. A redução eidética é, pois, tratar as vivências descritas para ir reduzindo-as ao que apresenta o essencial, o *eidós* dos fenômenos.

A segunda etapa, do método da fenomenologia pura, volta sua atenção para compreender o sujeito, a organização e estrutura da ‘sua’ consciência. Poderia, por exemplo, estar se desdobrando na apreciação cuidadosa às seguintes indagações: por que ele busca sentido? O que há nele que busca sentido? Como se organiza e se estrutura? Como vivencia?

Nessa etapa há um propósito de se abstrair "do mundo", para que sejam conhecidas as características do sujeito e da sua consciência e que podem ser consideradas como comuns a todos os sujeitos. Essa é a redução transcendental ou redução ao sujeito.

A redução compõe o método e se constitui em um ato filosófico. Ele posiciona a consciência natural de modo a redirecioná-la para identificar e distinguir o fato e a essência, o acidental e o permanente, o conjuntural e o estrutural, o adjetivo e o central. Fala-se em ‘epoché’, colocar entre parênteses a consciência natural, para conseguir separar o “leite da água” (numa linguagem mítica ou metafórica), o *eidós* do fenômeno e do fato.

3.1.1. A sociologia fenomenológica

Alfred Schutz é considerado o autor pioneiro da sociologia fenomenológica. Ele estava interessado em estudar e compreender a ação e a ordem sociais. Em seus estudos, Schutz dialogou estreitamente com o pensamento de Weber e o de Husserl, mantendo com este contato pessoal. Ele refletiu profundamente a respeito da sociologia compreensiva do primeiro e na fenomenologia do segundo, para propor uma maneira original de se estudar a vida social. A sua pesquisa foi sintetizada na sociologia fenomenológica, que procura descrever analiticamente os atos de consciência intencional para estudar as estruturas da vida social.

Weber desenvolveu um método articulado em tipos ideais voltado para a análise social, que estava fundamentado no real, mas que operava no plano conceitual. O tipo ideal, como modelo teórico, permitia análises comparativas e a identificação do que é singular, contingencial e permanente. O método não pretendia emitir juízos de valor ou supor a existência de fato do representado pelo tipo ideal.

Por essa aproximação metodológica, compreender-se-ia a vida social através do estudo das ações sociais, como também a ação social pelo seu sentido - atribuído pelas pessoas no curso do social, nas relações entre atores sociais.

As ações poderiam ser analisadas, também, conforme uma tipologia ideal:

- Ação do tipo racional orientada por metas – há uma avaliação dos meios em razão da utilidade, fins e consequências resultantes.
- Ação do tipo racional orientada por valores – há uma avaliação pelas preferências e valorações.
- Ação do tipo afetiva – nessa categoria estariam os instintos e impulsos as ações baseadas em emoções.
- Ação do tipo tradicional – hábitos, rotinas e costumes.

De forma análoga a Husserl, Schutz (1979, 2004) desenvolve uma visão metodológica. A redução como recurso metodológico e como recurso epistemológico pretende colocar em suspenso tanto as questões sobre a existência ou não do objetivo e material, quanto sobre a existência de uma metafísica, para eleger como prioridade o foco investigativo sobre a consciência do fenômeno social, a consciência do outro e dos outros.

Para pesquisar e estudar a ordem social, caminhou para direção distinta da proposta por Durkheim, representada pela pergunta básica 'O que é um fato social?', e ao propor mudar a perspectiva reformulando a orientação analítica com outra pergunta básica: 'Qual a realidade social com que lidam os sociólogos?'

Há um pressuposto nesse conjunto. Ele não compreendia a vida social como constituída por fatos equiparados a coisas do mundo da natureza, como adotado por Durkheim, mas como uma construção social nas experiências intersubjetivas dos seres humanos.

O cenário conceitual descritivo trazia o coletivo e o individual em interações significativas, imersos no cultural, composto de elementos considerados como tendo diferentes níveis de ductilidade, assentimento, pertencimento e mutabilidade (NOGUEIRA, 2011).

Em seu olhar, a ordem social assumiria um caráter totalizante, mas ele não retiraria de cada indivíduo - e dos indivíduos, em ação conjunta - sua potencialidade deliberativa, interpretativa e volitiva. Ademais, os indivíduos manteriam, ainda, o sentido e o sentimento de mútua compreensão e coerência, admitindo a não uniformidade e a não homogeneidade no seu mundo social.

A sociologia fenomenológica tinha como pressuposto que o homem vive no mundo do senso comum, relacionando-se com outros (SCHUTZ, 2004). Por isso, ela se guiou por princípios para a investigação científica da vida social:

- Compreender o social através do cotidiano.
- Aquilo que é verdade para o indivíduo está em suas ações e é a essência de suas experiências.
- A percepção subjetiva está assentada no mundo da realidade social.
- A relação com o outro é troca e consciência do “si” e do “outro” e dos “outros”.
- Na constituição do sujeito, além da consciência de si há uma instância da consciência da intersubjetividade que o vincula ao outro existente.
- A relação entre (ou sociedade das) as pessoas compõem o compartilhamento da vida social, e essa experiência consciente reside no intersubjetivo, passível de análise fenomenológica pela redução e descrição de seus elementos permanentes.
- O outro – o mundo social, cultural, natural, histórico – não são só fatos constituídos para o sujeito, mas são realidades constituídas pelo sujeito.

Essa abordagem propõe um conjunto de conceitos que instrumental a metodologia em seu percurso de pesquisa. Um deles, trata da possibilidade concorrente do individual e do coletivo. Para Schutz (1979), a “orientação para o tu” de uma pessoa é correspondida por outra, se ambas intencionalmente se voltam uma para outra, resultando um “relacionamento nós”. Para ele, o envolvimento “face a face” com o outro - e com os outros - é a principal forma de encontro social. O “relacionamento nós” possibilitaria a cada um compreender o significado que o(s) outro(s) atribui(em) aos fatos, experimentar o sentido de assertividade, aceitar a sua singularidade e a do outro, perceber suas situações biográficas particulares e comuns. Ocorreria a vivência da “simultaneidade da vida”, na qual um ser pode experimentar o fluxo de pensamento do outro.

A sua metodologia procura descrever os processos que interpretam e estabelecem significantes e significados, tendo como lente a vivência intersubjetiva, dos encontros face a face e sua contextualização, para entender as ações sociais, a organização e estruturação da vida social. Como anteriormente sublinhado, ela obteria um conhecimento a respeito da organização e estruturação do sujeito e da intencionalidade da sua consciência em um mundo intersubjetivo no cenário das relações sociais.

O outro conceito básico se refere às condições da relação do indivíduo com sua existência. Nessa abordagem o homem se sente situado em um mundo (natural e social) e tem para com ele uma constante “atitude natural”. O homem, da mesma forma que vê como pressuposto o mundo da natureza no qual nasceu, vê como pressupostos:

- A existência material de semelhantes;
- Sua vida consciente;
- A possibilidade de intercomunicação; e
- A qualidade histórica da organização social e da cultura.

O mundo da vida cotidiana significa o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de “conhecimento à mão”, funcionando como um código de referência (SCHUTZ, 1979, p.72).

O mundo da vida possui estruturas, sistemas de relevância e sistemas de identificação por tipos ou categorias. O conhecimento é organizado e estruturado por parâmetros comuns, mas múltiplo e submetido às condições do curso das ações sociais, no cotidiano. As suas estruturas estão compostas de alternativas de escolhas, que podem ou não ser indiferentes do ponto de vista moral ou ter motivações morais divergentes entre si. As tipificações, por sua vez, seriam esquemas descritivos, geralmente impessoais, de reconhecimento universal do mundo da vida. Aqui, o tipo ideal teria como base a vivência dos sujeitos.

Um conceito importante nessa visão analítica residiria na confluência das prioridades no curso do cotidiano. Cada pessoa atribuiria um nível de relevância a aspectos de sua vida social, consoante seus interesses e envolvimento. Ocorreria uma configuração de diferentes domínios de relevância, que, em seu conjunto, articulariam o seu sistema de relevância, com suas prioridades e preferências. As relevâncias poderiam ser impostas e, também, poderiam ser compartilhadas ou ser comuns às pessoas. Esses sistemas de relevância e tipificações atenderiam a diferentes funções, tais como:

- Reconhecer identidades, homogeneidades, pertencimentos;
- Inferir conteúdo correspondentes aos tipos (ex.: modos mais adequados de reagir ou solucionar problemas específicos);
- Contribuir para o estoque de conhecimento social;
- Transpor as ações singulares (de pessoas únicas em ações únicas) em tipos sociais (ex.: papéis, motivação, fins);
- Oferecer um conjunto de conhecimento (códigos) de orientação e de interpretação; e
- Servir de base para a criação de mais conhecimento social e oferecer critérios de aceitabilidade desse conhecimento social.

Assim, a pessoa está capacitada a analisar objetos e situações, independentemente da imediata mediação de outra pessoa. Essa capacidade está ordenada por essas estruturas e sistemas e poderia ser reconhecida em diversos momentos e diferentes contextos da vida social. Ou seja, ela se protraí no tempo e pode ser descrita em espaços sociais autônomos.

Ele interpreta de forma espontânea sua rotina de afazeres diários, legitimando todos os valores intrínsecos à vida social, tais como regras tipos de contratos para convivência social.

Schutz (1979, 2004) também procura estudar a dimensão racional da ação social. Para tanto, ele aproveita um conceito formulado por Husserl de “Possibilidades problemáticas”. Esta condição relaciona-se com o ato da reflexão desenvolvido pelo homem antes, durante e depois

de agir. Essa reflexão levaria a pessoa a suspender sua atitude natural de aceitação do mundo e da situação, pela possibilidade de ela julgar e perceber que tem algum grau de liberdade para decidir o curso de sua vida e para explicá-lo ou para justificá-lo.

[...] *la acción voluntaria es el criterio de la conducta significativa, el “significado” de esa conducta sólo consiste en la elección: en la libertad para comportarse de una manera y no de otra. Esto significaría no solo que la acción es “libre” sino que los fines de la acción se conocen en el momento de la decisión* (SCHUTZ, 1972, p. 96).

O passado e o futuro se entrelaçam nas condições e na situação, na racionalidade e na racionalização. No mundo da vida, o passado serve para a construção de modelos que orientam o alcance dos fins desejados. Na elaboração desse conjunto, em consonância com a linguagem em uso que as configuram e estruturam, haveria dois tipos básicos de motivos presentes na ação: (i) o “motivo para” (ou motivos a fim de) e (ii) o “motivo porque” de sua execução.

O primeiro tipo se expressa no projeto de vida do sujeito, e constitui um ato de consciência de uma projeção do futuro. Ele tem base “no acervo de conhecimento ao [...] alcance” e em experiências passadas, em alguma medida comensuráveis ou comparáveis ao projeto atual.

O segundo seria do tipo em que se enquadrariam as causas dos projetos humanos e subjetivamente definidos. Encontram-se no passado as manifestações dos “motivos porque” da ação social.

O motivo pode ter um sentido subjetivo e outro objetivo. Subjetivamente, se refere à experiência do ator que vive no processo em curso de sua atividade. Para ele, o motivo significa o que tem realmente em vista e que confere sentido à ação que desempenha, e este é sempre o “motivo para”, a intenção de criar um estado de coisas, de alcançar um fim pré-concebido. Entretanto, o ator vive sua ação em curso, não tendo em vistas seus motivos do tipo “porque”. Somente quando a ação foi cumprida pode voltar a sua ação passada como observador de si mesmo e investigar as razões que o levaram a agir daquela forma. Em todos os casos, os “motivos porque” se referem às experiências passadas. Por sua estrutura temporal, somente se revela através de um olhar retrospectivo (SCHUTZ, 1979, 2003).

Podemos considerar a ação como equivalente a um projeto, que tem os “motivos para” atribuídos ou aceitos pelo sujeito. E após a finalização do 'projeto', é possível, através da atitude reflexiva desse mesmo sujeito, discorrer sobre os “motivos porque” da ação.

A ação social desenvolvida no mundo da vida envolve motivação, racionalidade, planejamento, projeção, liberdade de escolha, e deliberação.

Dessa maneira, em sua visão, o indivíduo: (a) projeta a sua ação no futuro; (b) avalia a possibilidade dessa ação alcançar o fim desejado; (c) se confronta com a dúvida entre as possibilidades existentes para a concretização de sua ação; e (d) toma consciência, também, que as opções podem se contradizer, ou seja, não só oferecer soluções diferentes, mas opostas, entre si, e que ele tem que optar e escolher.

Um referencial analítico fundamental presente nessa perspectiva residiria no significado. O significado de uma experiência seria elaborado interpretativa e retrospectivamente. É “o significado de nossas experiências e não a estrutura ontológica dos objetos que constitui a realidade” (SCHUTZ, 1979, p. 248). O conjunto total dos significados estariam passíveis de ordenação gerando a percepção de múltiplas realidades nessa totalidade. O mundo da vida cotidiana, comum a todos, se torna único e particular quando observado a partir de uma dada situação biográfica, ou seja, da história pessoal resultante da sedimentação de todas as suas experiências.

A situação biográfica de vida implica num conhecimento assim adquirido e desenvolvido, e ele é empregado para se interpretar o mundo. Este acervo de conhecimento são tipificações acumuladas e constitui um padrão para assimilação e reconhecimento de informações que permite ao homem representar o mundo. A situação biográfica é essencialmente subjetiva, mas permite a objetivação do mundo da vida.

3.2. A CONTRIBUIÇÃO DA FENOMENOLOGIA DE SCHUTZ PARA COMPREENDER A AUTOGESTÃO

Assim, na tentativa de desvelar o fenômeno a ser estudado, este ensaio teórico se torna relevante por propor um olhar fenomenológico sobre a questão da autogestão em cooperativas de catadores, contribuindo com a pesquisa em administração. No entanto, os pesquisadores partem do princípio de que a fenomenologia pode colaborar de modo proeminente ao estudo dos fenômenos organizacionais de cooperativas solidárias, no sentido de desvelar os elementos processuais e intersubjetivos contidos nas práticas de gestão. Não obstante, entende-se que as práticas de gestão, de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, são atividades complexas e que se encontram moldadas pelas práticas sociais dos cooperados e dos atores envolvidos.

Avaliando que essa proposta de pesquisa está arraigada na área de ciências sociais aplicadas, mais especificamente, em administração, vale salientar que “a questão da fenomenologia se encontra em ascensão nos estudos organizacionais, revelando que há interesse crescente por parte dos pesquisadores em se chegar à essência dos fenômenos pesquisados” (BOAVA; MACEDO, 2011, p. 481). Apreciando a pesquisa de Paula e Andrade (2011) estima-se que o método fenomenológico coopera no sentido de possibilitar a compreensão do fenômeno a ser investigado, considerando as experiências cotidianas dos indivíduos e dos significados que eles lhes atribuem. Nota-se que para Husserl (1989, p. 46) a fenomenologia “designa uma ciência, uma conexão de disciplinas científicas; mas, ao mesmo tempo e acima de tudo, ‘fenomenologia’ designa um método e uma atitude intelectual: a atitude intelectual especificamente filosófica, o método especificamente filosófico”.

O presente estudo considera as práticas desenvolvidas pelos atores que representam a prefeitura e que estão envolvidas com a criação e gestão da cooperativa, assim como as experiências e práticas dos cooperados e a teoria que fundamenta o cooperativismo, como importantes para se conjecturar a autogestão em cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Ponderando sobre isso, ressalta-se que na procura por respostas à questão que norteia esse estudo, busca-se compreender a partir da fenomenologia social, se as práticas que envolvem esse novo modelo de cooperativa possibilitam a autogestão. Sobre o gerenciamento da organização cooperativa, Barbieri e Rufino (2007) asseveram que, por autogestão se compreende a gestão que advém da autonomia da coletividade dos membros da organização em decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho.

Entretanto, para compreender a autogestão em cooperativas de catadores de materiais recicláveis, esta pesquisa se apoia nos pressupostos da fenomenologia social defendidos por Alfred Schutz, no que diz respeito às experiências vividas pelos indivíduos e que os leva a adotar um comportamento que lhe atribui significado. A despeito, destaca-se as palavras de Jesus *et al.* (2013), que a fenomenologia sociológica de Schutz fundamenta-se na compreensão da ação de sujeitos no mundo social. Considerando isso, ressalta-se a necessidade de que as experiências vividas pelos cooperados possibilitem a adoção de um comportamento cooperativo e comprometido com a gestão do empreendimento, para que a

autogestão seja vislumbrada. Para Schutz (1979, p. 66) comportamento pode ser definido como uma “experiência da consciência, que atribui significado, através da atividade espontânea”.

Em outros termos, Schutz (1979) compreende que o comportamento consiste numa série de experiências que são distintas de todas as outras, segundo ele, “cada fase da experiência dissolve-se em outra enquanto está sendo vivida, sem nenhuma fronteira definida; mas cada fase é distinta da outra em seu ‘assim’, ou qualidade, na medida em que está na mira da atenção” (p. 62). Desse modo, as experiências são apreendidas, distintas, acentuadas, marcadas, uma com relação à outra.

É importante lembrar que os catadores desenvolviam suas atividades nas ruas e que depois foram inseridos em um empreendimento coletivo e que cada um possui uma experiência particular, mas não muito diferente do conjunto do grupo que agora se propõem a produzir um trabalho cooperativo. Isto é, todos os cooperados eram catadores que realizavam trabalhos individuais e que ao entrarem para a cooperativa necessitam desenvolver habilidades para um trabalho conjunto. Para Schutz existe um *continuum* onde diferentes fases se misturam umas às outras, como mencionado anteriormente, são fases da experiência que motiva o comportamento.

As fases vivenciadas pelos cooperados são importantes para moldar o estoque de conhecimento e o sistema de relevâncias de cada indivíduo e os comuns ao grupo, de tal forma que, pode-se entender que o comportamento do cooperado e do próprio grupo é sustentado pelas experiências do cotidiano, no ambiente da cooperativa, e pelas experiências adquiridas ao longo da vida, que refletem as atividades práticas que proporcionam as competências necessárias para a autogestão do empreendimento. Destaca-se que a experiência armazenada é importante para o indivíduo se orientar nas situações da vida e assim ele se ocupa do estoque de conhecimento que tem a mão (SCHUTZ, 1979).

No entender de Schutz (1979) o estoque de conhecimento serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes e ele, estoque de conhecimento de um indivíduo, não está absolutamente livre de incoerências e contradições. De tal forma, se pode entender que o cooperado “catador de materiais recicláveis” possui um código de interpretações de suas experiências passadas, que foram moldadas conforme sua preocupação pela sobrevivência e/ou pela liberdade encontrada nas ruas e que não envolvia compromissos com o trabalho conjunto e decisões organizacionais.

Schutz (1979, p.74) afirma que o estoque de conhecimento tem sua história particular “constituída de e por atividades anteriores de experiência de nossa consciência, cujo resultado tornou-se agora uma posse nossa, habitual”. Avaliando a asseveração de Schutz e analisando que o catador não possui conhecimento de gestão ao se inserir em uma organização cooperativa, se pode deduzir que as experiências anteriores somadas às experiências das práticas do ambiente organizacional possibilitarão, por meio das ações coletivas desenvolvidas pelos cooperados (ao compartilharem os espaços privilegiados de decisões), a sua participação em atividades de gestão do empreendimento cooperativo. Assim sendo, o estoque de conhecimento existe em um fluxo contínuo, ao se considerar que com o tempo, o cooperado começa a participar mais ativamente do mundo social em que ele vive (o ambiente da cooperativa).

Por outro lado, existem os atores que representam o órgão público, que procuram organizar o trabalho da cooperativa. Em um primeiro momento, as práticas desenvolvidas na cooperativa são orientadas pelo órgão público que a constituiu e que posteriormente inseriu os catadores, como cooperados (donos do empreendimento). Neste momento, ressalta-se que os atores públicos envolvidos com a organização cooperativa, também possuem suas experiências

particulares e que serão somadas as experiências da gestão da cooperativa. Da mesma forma que os cooperados, o estoque de conhecimento desses atores existe em um fluxo contínuo, visto que eles não pertencem à organização cooperativa e por isso não desenvolviam atividades em um ambiente cooperativista. Por esse motivo, considera-se que os cooperados sofrem as influências do poder público e que a autogestão pode estar comprometida em sua fase inicial.

Entende-se que os funcionários da prefeitura pertencem a um grupo diferente, que procura influenciar a cooperativa de acordo com as expectativas que são estimadas pela PNRS (pela Lei). De fato, eles criam a cooperativa e delineiam a cultura de uma organização que deveria ter sua cultura de acordo com as especificidades de uma cooperativa idealizada pelos próprios cooperados (o padrão normal de cooperativismo). Para esse estudo, considera-se que essa influência pode comprometer as práticas auto gestionárias em uma cooperativa incentivada (motivada) pela prefeitura. Salienta-se que o conhecimento de cada indivíduo está associado ao seu padrão cultural e produz uma receita própria para interpretar o mundo social e para lidar com pessoas e coisas, para obter os melhores resultados possíveis e evitar consequências indesejáveis. A receita funciona como preceito para as ações e assim, serve como um código de expressão: quem quiser obter certo resultado deve proceder conforme indicado pela receita oferecida para tal propósito (SCHUTZ, 1979). Para Schutz o padrão cultural possibilita o esquema *ready-made*, esquema feito sob medida que é considerado inquestionável e é transmitido como a uma receita pronta.

O catador possui seu próprio padrão cultural e é inserido em um novo grupo que possui um padrão cultural diferente do seu, padrão este moldado pela orientação do órgão público. Assim, aos poucos ele vai interagindo e conhecendo os significados subjetivos desse grupo, que os tem para seus membros por consistir em um conhecimento de uma situação comum de tipificação e relevâncias. Schutz (1979, p. 82) argumenta que esse “sistema de tipificações e relevâncias compartilhado com os outros membros do grupo define os papéis sociais, as posições e o status de cada um”.

Uma observação importante surge ao avaliar que o padrão cultural evolui como resultado da interação e das práticas desenvolvidas no ambiente da cooperativa e, não se pode desconsiderar, que as práticas de uma cooperativa devem respeitar a filosofia cooperativista construída ao longo da história, que tem suas peculiaridades tanto doutrinárias como aquelas prescritas por leis. Irion (1997, p. 19) adverte que “os cooperados que ignoram a filosofia cooperativista tendem a tomar posturas incompatíveis com o desenvolvimento do empreendimento cooperativo”. No tocante as prescrições legais, tem-se a assembleia geral como fator importante para as decisões do futuro da cooperativa. Nesse sentido, considerando as definições legais, Domingues (2002, p. 63) conclui que a cooperativa “não é uma entidade pública, pois existem regras para sua formação, ingresso de associados, direitos e deveres dos associados”. Essas prescrições legais, inicialmente, não foram observadas, uma vez que a cooperativa não foi idealizada por seus donos.

Não obstante, estima-se que o catador possui pouca ou nenhuma escolaridade, o que agrava a sua condição de participante ativo na cooperativa e essa condição impõe ao gestor público a responsabilidade de prepará-lo para exercer funções exigidas de um cooperado. Essas responsabilidades estão além das atribuições da coleta seletiva tendo o propósito de colaborar para a autogestão, sendo esta compreendida pela gestão desenvolvida pelos próprios trabalhadores (SINGER, 2002; BARBIERI; RUFINO, 2007; BUSNARDO, 2006; STAHL; SCHNEIDER, 2013; LOURENÇO, 2008) e que para Domingues (2002, p. 34) a cooperativa é uma sociedade particular que “não deve ter participação de pessoas estranhas ao quadro social”.

Apreciando essas exposições, pode-se afirmar que a participação do gestor público na cooperativa descaracteriza o processo auto gestor. Avaliando que a cooperativa foi criada pelo poder público e que a participação do gestor público é inevitável em um primeiro momento, deve-se estimar que em algum momento o representante da prefeitura tem que se retirar e deixar que a cooperativa seja gerida pelos catadores cooperados, pois eles são os donos do empreendimento cooperativo. Para Koslovski (2004, p. 8) “o principal agente da autogestão é o cooperado”.

É perceptível que a evolução do estoque de conhecimento por parte do catador cooperado deva ser extraordinariamente grande, o suficiente para promover a autogestão da cooperativa. Isto implica na responsabilidade do gestor público em mudar a realidade dos catadores, antes de deixar a gestão da cooperativa, transformando-os em verdadeiros donos, gestores e comprometidos com a organização cooperativa, com a obrigação de conduzir o empreendimento para continuar a manter a inclusão social. Caso contrário, o pior seria o retorno às ruas como catador e mais uma vez, excluído da sociedade.

4. CONCLUSÃO

O modelo em cogitação normalmente é criado pela prefeitura, no qual os catadores são organizados e transformados em cooperados para atuarem em um mesmo ambiente de trabalho. Mas, para que isso aconteça e, também, para que o empreendimento se mantenha ativo e produza renda para os cooperados (catadores de materiais recicláveis), a prefeitura mantém um servidor permanente (representante do órgão público) na organização e, muito provavelmente, ele é o responsável pelas decisões tomadas em nome dos cooperados. Considerando isso, surge uma primeira proposição:

a) Para que a autogestão aconteça, o representante da prefeitura não pode decidir pelos cooperados;

Ao considerar que a cooperativa foi criada pela prefeitura e não pelos trabalhadores cooperados, espera-se que exista uma preocupação com o empoderamento dos cooperados no que diz respeito aos conhecimentos necessários sobre o cooperativismo e gestão. O empoderamento pode ser percebido, nesse ensaio teórico, como a ação coletiva que envolve os atores do órgão público e os cooperados para desenvolver habilidades e consciência sobre aspectos sociais, políticos e econômicos, necessários à manutenção das atividades da cooperativa. Tais aspectos estão diretamente relacionados com o estoque de conhecimento, resultado das experiências passadas e presentes que possibilitam ao associado perceber-se como cooperado e assumir suas funções dentro da cooperativa, necessárias para um trabalho coletivo e que ultrapassam as atividades da coleta seletiva e a reciclagem. Diante disso, surgem outras proposições:

b) Quando a prefeitura mantém um representante dentro da cooperativa, contribui para uma espécie de tutela, que contraria a ideia fenomenológica do estoque de conhecimento, por implicar na falta de capacidade do cooperado em adquirir conhecimentos para gerir a cooperativa;

c) O representante da prefeitura deve estar consciente de que possui obrigações para com os indivíduos que por ele foram inseridos em um ambiente cooperativo. Assim, deve possibilitar o conhecimento básico para a gestão da organização e estimular a autogestão incentivando a participação do cooperado no processo decisório;

d) O representante do órgão público deve possuir conhecimentos sobre a filosofia do cooperativismo para compreender as especificidades desse modelo organizacional e assim preparar os cooperados para gerir a cooperativa; e

e) Uma vez preparados e com os conhecimentos necessários, os cooperados devem assumir suas responsabilidades e o representante da prefeitura deverá se afastar do processo decisório.

Por fim, percebe-se que muito esforço será exigido pelos dois grupos, da prefeitura e da cooperativa, e que esses grupos estejam bem delimitados, com objetivos bem definidos e que os limites do trabalho coletivo sejam percebidos e respeitados para promover a autogestão em um modelo organizacional que possui uma história peculiar e com experiências a serem desveladas.

Além disso, a constituição das práticas de autogestão comporta a crescente construção de subjetividades inter relacionadas que adquirem e mantêm a consciência de grupo com sua própria história, com capacidade de aprendizagem e de deliberarem seus objetivos e cursos de ação.

A perspectiva fenomenológica, como orientação da pesquisa em administração e em estudos organizacionais, pode contribuir para descrever como as pessoas, em situação de grupo relativamente permanente ao longo do tempo, desenvolvem práticas e competências compartilhadas para a condução de um projeto comum.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, L.; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. In: ITCP-USP *et al.* **A gestão da autogestão na economia solidária**. Porto Alegre: Calabria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.
- BELLO, A. A. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. EDUSC. 2004.
- _____. **Introdução à fenomenologia**. EDUSC, 2006.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Contribuições da fenomenologia para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 469-487, 2011.
- BORIM-DE-SOUZA, Rafael, NASCIMENTO, Tiago Cavalcanti; NOGUEIRA, E E S. Fenomenologia. In: Pesquisa em Administração no Brasil. TAKAHASHI, A (ORG.). Atlas, 2013, p. 83-125.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal n. 12.305/2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União de 02/08/2010. Brasília, DF, 2010.
- BUSNARDO, E. A. Autogestão em construção: uma cooperativa de construção civil do Rio de Janeiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, USP, 2006, v. 9, n. 1, p. 53-71.
- CAPALBO, C. **Fenomenologia e ciências humanas**. Ideias & Letras, 2008.
- CRÚZIO, H. P. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa**. São Paulo: FGV, 2000.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.
- DOMINGUES, J. N. Assembleia Geral. In: DOMINGUES, J. A. S. (Org.). **Aspectos jurídicos do cooperativismo**. Porto Alegre: Sagra, 2002.
- FLACH, L. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Revista de Administração da UFSC**, v. 4, n. 3, p. 378-389, 2011.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. **Ideias para uma fenomenologia pura**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

- IRION, J. E. O. **Cooperativismo e economia social**: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo: Editora STS, 1997.
- JESUS, M. C. P; CAPALBO, C; MERIGHI, M. A. B; OLIVEIRA, D. M; TOCANTINS, F.R; RODRIGUES, B. M. R. D; CIUFFO, L. L. A fenomenologia social de Alfred Schutz e sua contribuição para a enfermagem. **RevEscEnferm USP**, v. 47, n. 3, p. 736-741, 2013.
- KOSLOVSKI, J. P. **Autogestão nas cooperativas**: liberdade com responsabilidade. Curitiba: SESCOOP-PR, 2004.
- LOURENÇO, M. L. **Cooperativismo e subjetividade**: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008.
- MACHADO, D. Q.; MATOS, F. R. N.; PINHEIRO, L. V. S. Barreiras ao pensamento e ao conhecimento científico: um debate sobre os ídolos do intelecto de Francis Bacon e os obstáculos epistemológicos de Gaston Bachelard. **Contextus**, v. 11, n. 1, p. 39-49, 2013.
- NOGUEIRA, E E S. **Vivência do espaço social do trabalho**: um estudo sob o olhar da fenomenologia sociológica. WORKPAPER. CURSO: Encontro para estudar metodologia em estudos organizacionais: módulo sobre a fenomenologia. Universidade Positivo, Programa de Mestrado e Doutorado em Administração PMDA UP, julho de 2011.
- PAULA, R. J. de; ANDRADE, J. A. P. de. A fenomenologia de Schutz nos estudos organizacionais: o caso da estratégia empresarial. **REBRAE**. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 155-168, maio/ago. 2011.
- PORTUGAL, A. C. Discussão sobre empirismo e racionalismo no problema da origem do conhecimento. **Diálogos & Ciência**. Revista eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Bahia, n. 1, p. 1-19, dez. 2002.
- SCHUTZ, A. *Estudios sobre teoria social – escritos II*. Amorrortur editores. 2004.
- _____. **Fenomenologia e relações sociais**: organização e introdução de Helmut Wagnier. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Fenomenologia del mundo social; introduccion a la sociologia*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia**. Loyola. 2004.
- STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai./ago., 2013.
- STEIN, E. Fenomenologia Hermenêutica e Antropologia Filosófica. In: **Exercícios de fenomenologia: Limites de Um Paradigma**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 195-247, 2004.
- VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.